



## **SUSTENTABILIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES NO AGRESTE DA PARAÍBA**

Jaqueline Guimarães Santos\*

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

jsantos.adm@gmail.com

Gesinaldo Ataíde Cândido.

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.

gacandido@uol.com.br

### **RESUMO**

O cooperativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital, esta pode ser composta por associados, produtores autônomos ou produtores que formam unidades produtivas comuns (Oliveira 2007). Na agricultura o papel do associativismo apresenta relevância, haja vista a dificuldade que o agricultor tem para a execução de suas atividades. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar como a formação de associação cooperativa fortaleceu os agricultores familiares do Agreste da Paraíba. Os dados foram coletados através de entrevistas realizadas junto aos agricultores e complementadas com a análise de dados secundários e da observação não participante. Os principais resultados apontam que a formação da Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário (ADESC) dos produtores rurais do Município de Lagoa Seca, PB fortaleceu estes, de modo que a associação apresenta resultados positivos e foi incluída no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Agricultores familiares; Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

A agricultura é uma atividade agrícola indispensável, visto que por meio desta é assegurado que o alimento seja produzido para ser consumido pelos indivíduos. Com o objetivo de produzir altas quantidades, esta atividade vem gerando algumas consequências ao meio ambiente, devido principalmente ao uso excessivo de agrotóxico, como por exemplo, a contaminação dos lençóis freáticos, empobrecimento do solo, dentre outros.

Desse modo, é visível que o modelo agrícola adotado era insustentável e, em meio a tantas discussões sobre desenvolvimento sustentável, é necessário que a atividade agrícola seja reorientada, preservando os agroecossistemas, a fim de combinar a produção de alimentos e fibras com a sustentabilidade (Santos & Cândido, 2013).

Assim sendo, uma das formas de atividade agrícola, esta apoiada nos princípios de sustentabilidade, quais sejam: equilíbrio e equidade entre as dimensões ambiental, social e econômica é a agroecologia. Sua premissa básica é uma produção ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável. Esta, por sua vez, faz entender a agricultura como um processo de construção social e não simplesmente como a aplicação de algumas técnicas, daí a importância do desenvolvimento sustentável no meio rural (Sevilla Guzmán, 1999).

Segundo Caporale Costabeber (2004), a Agroecologia é uma ciência para o futuro sustentável, haja vista que a agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, com uma abordagem multidisciplinar e holística.

Acredita-se que práticas pautadas pelos conhecimentos agroecológicos são componentes-chaves de um caminho em direção à agricultura sustentável, ou seja, uma agricultura que promova o desenvolvimento rural e social, sem extinguir os recursos naturais.

O modelo de agricultura sustentável aqui é percebido como próximo do modelo da agricultura familiar. Neste sentido, a agroecologia passa por uma transformação da sociedade, e o fortalecimento da agricultura familiar com a reestruturação fundiária do país (Moreira, Adami, & Rudorff, 2004).

As mudanças decorrentes do processo de globalização no Brasil geram a vulnerabilidade da economia, a fragmentação da sociedade, a exclusão e o desemprego. Assim, o fortalecimento da agricultura familiar pode colaborar para inclusão social, desenvolvimento econômico e elevação dos índices de capital social. Para tanto, faz-se necessária a união, a cooperação dos agricultores a fim de se fortalecerem enquanto grupo social (Nazzari, Miyazaki & Bordin, 2008).

Para Nazzari (2003) a valorização da cultura local no meio rural poderia contribuir para promover nos cidadãos índices favoráveis de capital social, este capital entendido como um

processo e instrumento de cidadania que pode mudar as relações pessoais e intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e solidariedade (Baquero, 2001).

As principais variáveis do capital social são: confiança, cooperação e a participação política dos cidadãos, que colaboram para incrementar políticas públicas a fim de que estas se tornem eficazes para o desenvolvimento das comunidades (Nazzari, Caminati, Antunes, Silva & Teodoro, 2004).

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar como a formação de associação cooperativa fortaleceu os agricultores familiares do Agreste da Paraíba. Entende-se que a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores locais, através da utilização de políticas e programas públicos, é um componente importante para promover o desenvolvimento local da agricultura baseada em preceitos agroecológicos.

O estudo é caracterizado como um estudo exploratório e descritivo, sob a forma de um estudo de caso na Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário (ADESC), localizada em Lagoa Seca - PB. Os atores sociais pesquisados constituíram-se dos produtores vinculados a associação, envolvendo a realização de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, complementados com dados secundários e da observação não participante.

Como forma de melhor compreensão, esse artigo está dividido em cinco seções. Além da presente introdução, a segunda seção trata do referencial teórico, em seguida é apresentado os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, logo após a análise e apresentação dos resultados e, por fim, a quinta seção trata das considerações finais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção trata dos principais temas e teóricos sobre a temática em discussão, quais sejam: Agricultura e Sustentabilidade, Agricultura familiar e sua vinculação com Participação Social Cooperativa, e por último as políticas públicas para a Agricultura Familiar.

### **Agricultura e Sustentabilidade**

A busca pelo desenvolvimento sustentável vem sendo difundida há algum tempo, pois no final da década de 60 em diversas partes do planeta, um novo modelo de agricultura, identificado como a Revolução Verde, foi implantado. Este modelo se baseou na intensificação e na especialização da produção, isto é, no aumento do rendimento da terra, da mão-de-obra e na monocultura de produtos vegetais, fazendo uso de sementes geneticamente melhoradas, fertilizantes químicos, moto-mecanização, pesticidas, herbicidas e irrigação.

A Revolução Verde foi um processo de modernização agrícola por meio dos quais os países pobres puderam aumentar a produção e a produtividade da sua agricultura. Esse processo de mudança se assentou no chamado “pacote tecnológico”, ou seja, um conjunto de recomendações

técnicas que incluíam o uso de sementes melhoradas geneticamente e o uso intensivo de químicos e, que este deveria resolver o problema da fome nesses países (Santos, Gama, Faria, Souza, Melo, Ochaves & Neto, 2005).

Assim, compreende-se que a agricultura convencional resulta em sérios problemas para o meio ambiente, tendo esta como principal objetivo o alcance de alta produtividade agrícola, sem se preocupar com os impactos causados. No entanto, a crise socioambiental deste final de século colocou em xeque as bases teóricas e metodológicas que sustentaram o estabelecimento do atual modelo de crescimento econômico e sua reiterada inobservância dos limites impostos pela natureza, especialmente no que concerne aos meios de produção (Oliveira, 2007).

Desse modo, faz-se necessário uma mudança na estrutura dos meios de produção conciliando-os com o desenvolvimento sustentável local, seja urbano ou rural. Nesse contexto o ideal de sustentabilidade apoiado nos princípios de uma agricultura sustentável exige entender a agricultura como um processo de construção social e não simplesmente como a aplicação de algumas tecnologias, daí a importância do desenvolvimento sustentável no meio rural (Sevilla Guzmán, 1999).

Assim sendo, aponta-se a Agroecologia como uma prática agrícola que não impacta o meio ambiente e considera os princípios de sustentabilidade, quais sejam: o equilíbrio e equidade entre as dimensões ambiental, social e econômica, de modo que contribui para o alcance do desenvolvimento sustentável rural.

A Agroecologia é um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar, com princípios, conceitos e metodologias que permitem estudar, analisar, construir, orientar e avaliar agrossistemas familiares, caracterizados pela agricultura familiar, para o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura ecológica ou sustentável (Vasconcelos, 2008), conforme será discutido na seção seguinte.

### **Agricultura Familiar**

Nos anos de 1960, a modernização agrícola afetou bastante a exploração familiar que, em grande parte, foi excluída de tal processo. O Estado direcionou suas políticas públicas, representadas, sobretudo, pelas políticas de crédito, pesquisa agropecuária e extensão rural para a grande produção em favor dos agricultores patronais, fator que foi fundamental na consolidação desse modelo modernizante. A agricultura familiar, por sua vez, enfrentou e ainda enfrenta dificuldades de acesso às tecnologias e ao capital, diminuindo sua capacidade de influenciar as decisões públicas, marginalizando-se no aspecto socioeconômico (Guanziroli, 2001).

A denominação agricultura familiar é recente na literatura e nos trabalhos científicos brasileiros. Já foi designada de “agricultura camponesa”, de “pequena produção”, entre outros termos, adquirindo força e notoriedade nos anos 1990, pela ação de movimentos sociais organizados e a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), em 1996, quando passou a ser reconhecida de fato e de direito pelo Estado (Schneider, 2003).

Sabe-se que a agricultura familiar é uma forma social de produção capaz de se desenvolver no interior das mais diferentes formações econômico-sociais, e, por mais que forças internas tentem determinar o comportamento interno da unidade produtiva, estas forças dependem do que acontece no meio externo dessas unidades (Domiciano, 2007).

Segundo Oliveira (2007), a agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela manutenção do agricultor no campo e, por conseguinte, a diminuição do êxodo rural, justamente por sua maior capacidade gerencial, pela sua flexibilidade e, sobretudo, por sua maior aptidão para a diversificação das culturas.

Recentemente, alguns trabalhos foram realizados com o intento de analisar a situação da agricultura familiar no Brasil. Eles mostram que existe uma grande variação dessas explorações e que elas não podem ser compreendidas como um padrão único, devendo-se levar em consideração a diversidade dos ambientes socioeconômico-culturais em que estão inseridas, que vão interferir diretamente nas formas de produção e nos valores que orientam as estratégias e decisões a serem tomadas. Assim, constata-se que uma grande parcela dos agricultores familiares se encontra desassistida e demanda alguma forma de apoio para conseguir sua inserção no mercado (Guanzioli, 2001; Lamarche, 2007; Baiardi, 2009).

Nessa perspectiva, a participação de agricultores familiares em cooperativas constitui uma forma de luta social contra um processo de dominação e exploração econômica, promovendo assim o fortalecimento dos produtores familiares. Surge essa necessidade a partir de alguns aspectos, tais como: os problemas da baixa produtividade, socialização do conhecimento, pela proximidade dos locais de trabalho (sistemas agroecológicos) e, por fim a necessidade de unir forças a fim de superar os obstáculos, cujos princípios devem estar aliados ao espírito de solidariedade e democracia.

Assim, espera-se que a formação de cooperativas auxilie na promoção e maior participação social dos agricultores familiares como forma de torná-los mais fortes enquanto classe social. Abramovay (2000, p. 61) afirma que “a participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”.

### **Agricultores Familiares e a Participação Social Cooperativa**

Cooperativismo vem de cooperativa, que por sua vez originou-se do termo cooperação que “etimologicamente, vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari*, produzir junto, produzir em conjunto” (Cavalcanti, 2006, p. 11), ou seja, refere-se a uma construção coletiva a partir da união conjunta de forças.

Cavalcanti (2006) esclarece, ainda, que o cooperativismo é uma doutrina econômica estruturada para a geração de riquezas por meio do livre associativismo entre pessoas que,

espontaneamente, concordam em criar uma cooperativa, unidas pelos mesmos ideais e tendo os mesmos objetivos.

Assim, destaca-se a importância dos agricultores familiares se organizarem em cooperativas/associações, que se caracteriza como “aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro” (Pimenta, Saraiva & Corrêa, 2006, p. 84). Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações.

Sperry, Carvalho e Mercoiret (2003), afirmam que, após a criação de associações formadas por pequenos agricultores, as lavouras desse tipo apresentaram-se como possibilidades bem maiores do que as de fundo assistencial. A exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações.

As associações/cooperativas são organizações que necessitam de um alto grau de capital humano e capital social para a sustentação das relações humanas que podem ser encontradas no interior destas e no seu relacionamento com o meio externo. Isso é possível se houver a confiança e reciprocidade, de modo a favorecer o desenvolvimento econômico e local (Díaz, Martel & Rojas, 2007).

Para Putnam (2002), capital social refere-se às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. De acordo com Nazzari, Miyazaki & Bordin (2008), as sociedades com forte capital social tendem a terem uma estrutura mais democrática e mais permeável em relação à confiança de seus membros, ampliação do associativismo e potencial de desenvolvimento. O pressuposto essencial é que o capital social é gerado por redes de confiança.

As dimensões do conceito de capital social envolvem o plano individual, social e institucional: No plano individual desencadeia o sentimento de confiança, reciprocidade, identidade; no plano social, fortalece a cooperação sistêmica, coesão social, atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; e no plano institucional leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, participação política e horizontalidade nas relações sociais e institucionais (Nazzari *et al.*, 2004).

Assim sendo, são evidentes os benefícios resultantes do cooperativismo como uma das principais formas de fortalecer a agricultura familiar, podendo colaborar para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a elevação dos índices de capital social dos cooperados. Santos e Cândido (2013) citam alguns exemplos dos benefícios para os agricultores familiares, quais sejam: a redução dos custos em relação às receitas e a conquistas de maiores fatias do mercado, ou seja, o fortalecimento da estrutura de mercado, que no caso dos produtores agroecológicos, maior participação em feiras agroecológicas e conquista do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

criado pelo governo federal que “obriga” as escolas públicas inserir em seu planejamento de compra de merendas escolares, a aquisição de 30% de produtos orgânicos aos produtores familiares de cada município.

Entretanto, destaca-se o papel do poder público para o fortalecimento dos pequenos agricultores, assim como dar condições destes fazerem a transição da agricultura convencional para a ecologicamente mais correta. Alguns aspectos são tratados na seção abaixo.

### **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**

A reflexão sobre as políticas públicas compõe uma área de conhecimento multidisciplinar em que, a partir das contribuições teóricas e metodológicas da ciência várias ciências, buscam compreender como as mudanças em curso na sociedade contemporânea são influenciadas (e ao mesmo tempo influenciam) pelo que os governos fazem ou deixam de fazer; assim como tentam explicar e interpretar as decisões políticas e governamentais sobre o que deve e o que não deve ser feito (Arretche, 2003).

Dessa forma, as políticas agrícolas mais importantes a serem destacadas são: a implantação de perímetros irrigados; o financiamento da agricultura familiar via PRONAF; a política de assentamentos de famílias de trabalhadores rurais sem terra, a política de desenvolvimento territorial e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Com exceção da política de criação de perímetros irrigados, estas políticas públicas definiram como seus alvos preferenciais aquelas parcelas das populações rurais tradicionalmente excluídas do acesso a recursos públicos, mas que só se viabilizaram e continuam a se viabilizar como resultado da luta dos movimentos sociais e da organização dos agricultores familiares.

A política de financiamento da agricultura familiar é sistematizada e executada a partir da segunda metade da década de 1990. E, finalmente, a política de desenvolvimento territorial é proposta apenas na década de 2000. São quase 40 anos de políticas públicas com seus diferentes enfoques, trajetórias e configurações de poder, que têm ajudado a moldar a agricultura de todo o Brasil (Nazzari, Miyazaki & Bordin, 2008).

Dentre os programas existentes, destaca-se neste estudo o PAA, Este foi implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Ministério Desenvolvimento Social [MDA], 2011).

O PRONAF (MDA, 2011), que é outro programa, atua na direção de viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização dos produtos gerados nos núcleos de agricultura familiar. Para isso, são oferecidos o acesso ao crédito, às pesquisas e às novas tecnologias e assistência técnica. Através desse programa, os processos deixam de ser amadores para se profissionalizarem e

oportunizarem benefícios, inclusive a agregação de valor aos produtos rurais e à comercialização direta com o consumidor, garantindo assim, um aumento de renda para o produtor rural.

De acordo com o Manual de Operações, o PRONAF visa apoiar o desenvolvimento rural, tendo como base o fortalecimento da agricultura familiar através de apoio técnico e financeiro. Como objetivo geral, o programa consiste em “propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria de vida e a ampliação da cidadania por parte dos agricultores familiares” (MDA, 2011b). Especificamente, o programa visa o ajustamento de políticas públicas à realidade dos agricultores familiares, o financiamento da produção da agricultura familiar e de infra-estruturas e serviços, e também a capacitação de técnicos e agricultores (Grisa, 2012).

Como um dos Programas ligadas ao PRONAF está o PAA, a qual o Governo Federal instituiu no artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentou no Decreto nº. 4.777, de 2 de junho de 2003 o Programa, este pode ser visto como um instrumento para a superação de obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares agroecológicos e também para promover sua participação como fornecedores de produtos para a alimentação escolar.

O PAA é uma das ações do Fome Zero, um programa do Governo Federal brasileiro que integra diversos ministérios, com o objetivo de promover a segurança alimentar e assegurar os direitos humanos e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDA, 2011a).

Somando a necessidade do desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar com as do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), percebe-se que, por um lado existe a produção de gêneros alimentícios e a procura de mercados e, de outro, a procura por ofertas de produtos alimentares de qualidade. Desta forma, a utilização do PAA no PNAE para a aquisição de gêneros alimentícios na alimentação escolar, pode ser um fator relevante para a geração de renda aos agricultores familiares, além de promover a segurança alimentar e o conceito de qualidade nutricional. A integração e divulgação destes conceitos, conhecimentos e práticas demonstram grande potencial em contribuir com o desenvolvimento rural e social, fazendo um uso mais responsável e racional dos recursos naturais (Shirmann, Rosar & Pereira, 2007).

Dessa forma, entende-se a importância dos agricultores familiares se organizarem em cooperativas/associações, como umas das formas de se alcançar maiores níveis de capital social, resultando em um maior fortalecimento para lutarem em favor dos seus direitos enquanto grupo social e, assim, possibilitar a participação em programas do Governo Federal, com o PAA.

Com o objetivo de operacionalizar a pesquisa, são indicados na próxima seção os procedimentos metodológicos utilizados.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de compreender como a formação de associação cooperativa fortaleceu os agricultores familiares do Agreste da Paraíba, este estudo foi caracterizado como uma pesquisa exploratória e descritiva, na medida em que objetiva descrever as características de determinado fenômeno. Quanto à tipologia optou-se por um estudo de caso, visto que este tipo, segundo Creswell (2010), caracteriza-se pela seleção de objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos.

No tocante a abordagem, esta pesquisa é considerada como de ordem qualitativa (Flick, 2009), no qual os dados da pesquisa de campo foram obtidos a partir de entrevistas junto aos produtores e foram complementadas com dados secundários e a observação não participante. Realizou-se uma pesquisa de campo, com amostra do tipo não-probabilística por acessibilidade junto aos agricultores familiares vinculados Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário (ADESC) localizada no Município de Lagoa Seca – PB. Esta associação foi escolhida devido os seguintes critérios principais: ter maior representatividade no Município, participar de feiras agroecológicas, ser uma associação reconhecida, com estatuto e reuniões periódicas, além de ter um número considerável de associados.

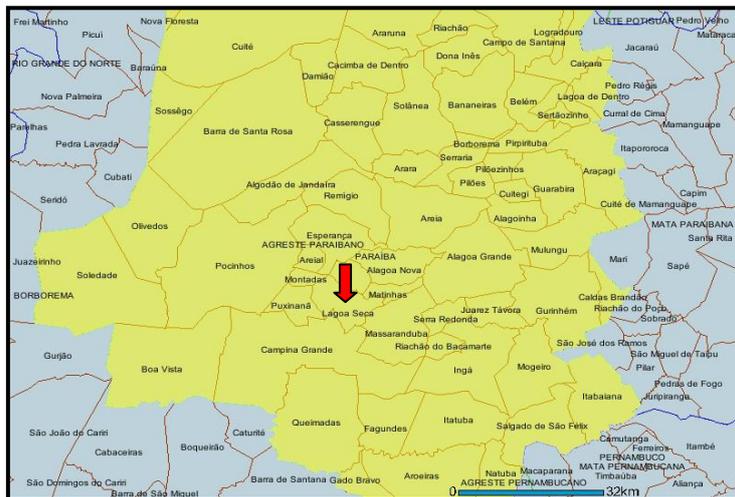
O universo da pesquisa é composto por todos os agricultores cadastrados na associação, que totalizam 55 associados, destes apenas 30 participam atualmente das atividades da associação. A amostra foi concluída tomando por base o critério de saturação e resultou em 16 agricultores entrevistados. Ademais, foi realizada uma visita à Associação de Agricultores rurais localizada na zona rural do Município de Lagoa Seca, PB, no qual foi possível registrar por meio de fotografias e observar a dinâmica de trabalho dos associados.

A análise e tratamento dos dados foram feitas a partir do método de análise de conteúdo (Bardin, 2009). Neste sentido, foi realizada leitura comparativa das citações do sujeito de pesquisa, bem como, sua ordenação, classificação e categorização. Os resultados obtidos com a entrevista foram avaliados paralelamente às anotações realizadas durante a fase de observação. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Agreste da Paraíba é uma região de destaque na produção de produtos orgânicos. Dentre os Municípios da região, Lagoa Seca (ver Figura 1) destaca-se por sua grande produção agrícola, sendo a agricultura a atividade preponderante.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, Lagoa Seca apresenta uma população de 26.000 habitantes, em média, com 66,4% da população absoluta residentes na zona rural. Está situada a 126 km da capital do Estado (Prefeitura Municipal de Lagoa Seca [PMLS], 2010).



**Figura 1.** Mapa dos Municípios do Estado da Paraíba.

Fonte: Santos, J.G. (2010). *A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos produtores vinculados a Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário de Lagoa Seca – PB*. Trabalho de Conclusão de Graduação em Administração. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, Brasil.

Com grande parte da parte da população residente na zona rural, a agricultura é a atividade de destaque no Município, caracterizada por grande parte de agricultores familiares rurais.

A formação de associações/cooperativas de agricultores familiares é fundamental para que estes fortaleçam enquanto grupo, pois aumenta a autonomia e, por conseguinte, sua capacidade de obter êxitos em suas atividades, quer seja na participação das feiras agroecológicas, na inserção do PAA, dentre outros, como afirmado pelos agricultores 12 e 15:

Fazer parte desta associação pra nós é um orgulho, sempre nós se ajudar por aqui e isso deixa a gente mais forte pra lutar por nossos direitos (Agricultor 12).

Essa associação é muito bacana, aqui a gente se reúne, conversa, troca sugestões, e sempre um ajuda o outro, o que ajudou a gente a ir pra feiras vender nosso produto (...) (Agricultor 15).

As feiras agroecológicas geram uma ascensão econômica para as famílias, garantindo a segurança alimentar, assim como é o momento de socialização entre os agricultores, já que participam diversos produtores do brejo paraibano, além de oferecer produtos mais “saudáveis” aos consumidores. Outro aspecto importante e que merece destaque é que através das feiras diretas (produtor – consumidor) há a diminuição de intermediários da cadeia, como por exemplo, a Ceasa, chegando o produto diretamente da fonte ao consumidor final, por conseguinte, há a diminuição dos preços dos produtos para os clientes, além de obter produtos sem agrotóxicos.

Assim, vale ressaltar a importância desses agricultores organizados em associação, sendo esta uma alternativa para fortalecimento destes pequenos agricultores. Segundo Brito (2002), as associações ou cooperativas podem contribuir nos seguintes aspectos: fortalecimento do pequeno agricultor no contexto social, político e econômico; apoio a produção, permitindo um maior acesso a assistência técnica, ao crédito, a tecnologia, a comercialização; o acesso a capacitação e a elaboração de projeto.

Dentre os aspectos citados por Brito (2002), este estudou comprovou, segundo a maioria dos entrevistados, que os agricultores tornaram mais fortalecidos, o que permitiu a vinculação da ADESC ao PAA, contribuindo para uma ascensão econômica dos agricultores, além de captação de alguns recursos para viabilização de alguns projetos da associação, conforme será evidenciado a *posteriori*.

O PAA é um programa do governo federal que estabelece que as prefeituras adquiram no mínimo 30% da merenda escolar aos produtores do Município. Assim sendo, a associação está em fase de organização de suas atividades para o planejamento e programação de produção a fim de atender a demanda. Dessa forma, fica evidente o fortalecimento ainda maior dos pequenos agricultores, e, por conseguinte, melhores condições de vida do homem do campo.

Este programa (PAA) possui instrumentos que procuram incentivar a agricultura familiar e viabiliza a utilização dos seus produtos em escolas, creches, hospitais e outros projetos da prefeitura do Município de Lagoa Seca. Estes instrumentos estão situados na modalidade de aquisição intitulada como Compra para Doação Simultânea. Esta modalidade divide-se em: Compra Direta Local da Agricultura Familiar e a Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea, que são operacionalizadas respectivamente, pelo Governo Estadual e Municipal e, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Em suas diretrizes estão previstas algumas modalidades para a compra da alimentação escolar que podem beneficiar a agricultura familiar. São abrangidos por esta modalidade produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, próprios para consumo humano, inclusive alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. O valor máximo de aquisição por beneficiário produtor é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para cada ano civil.

A partir das visitas a ADESC, foi possível verificar que há uma socialização saudável entre os membros da associação e que estes pretendem continuar produzindo produtos orgânicos. O momento de socialização dá-se nas reuniões que são feitas mensalmente, no qual esse é o momento de compartilhar informações, problemas, experiências, perspectivas entre os membros da associação, conforme relatou a presidente da associação.

Neste momento oportuno foram realizadas as entrevistas, no qual foi possível perceber que existem sentimentos importantes de cooperação, confiança, respeito, dentre outros, entre os cooperados, estes sendo fundamentais para o capital social como forma dos cooperados se fortalecerem em prol de solucionar possíveis entraves que dificultem suas atividades. Vale ressaltar que todos dos entrevistados afirmaram que estão dispostos a continuarem a produção de produtos orgânicos, já que estes são mais saudáveis e garantem a segurança familiar.

Para que as atividades agrícolas se fortaleçam é fundamental que políticas públicas, quer seja de âmbito Federal, Estadual e/ou Municipal, sejam direcionadas a promover a agricultura. A partir das entrevistas, percebeu-se que não há assistência técnica ou financeira do Governo Estadual

e Municipal, assim como da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local, conforme pode ser visualizado nos trechos descritos a seguir:

(...) nós não recebemos nenhum auxílio não, se não for a gente se virando por aqui, nós não pranta é nada (Agricultor 3).

O secretário disse que ia ajuda a nós, mas fica só na conversa, a presidente da associação vai atrás e nada, a sorte é a associação que nos ajuda muito, a gente sempre dar um jeito por aqui mermo (Agricultor 8).

Destaca-se a necessidade do poder público apoiar os agricultores familiares locais, proporcionando apoio financeiro, técnico, oferecer cursos de capacitação, sementes para o plantio, dentre outras iniciativas.

No tocante ao apoio do Governo Federal, os entrevistados apontaram que recebem algum auxílio relacionado com o Programa de Aquisição Alimentar o PAA, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que de certa forma são programas que apoiam a agricultura familiar.

Uma contribuição significativa a Cooperativa ADESC foi da Energisa e da Eletrobrás, que juntas beneficiaram a associação com uma usina de beneficiamento da mandioca, no qual são produzidos vários produtos, estes para o consumo próprio dos agricultores como também comercializados nas feiras agroecológicas.

Outro apoio que a ADESC recebe diretamente é do Sindicato do Município. Foram relatados pelos agricultores 22 e 25 que membros do sindicato fazem visitas de acompanhamento nas propriedades, ajudam a aplicar os produtos para defesa contra pragas e observa, junto com as famílias, o desenvolvimento da plantação, assim como disponibilizam biofertilizantes, o estrume (insumo que utilizado para a adubação do solo), além de oferecer cursos, palestras aos agricultores sobre melhores formas de trabalhar com a agricultura.

De forma indiretamente os produtores também recebem apoio do Pólo Sindical da Borborema e de uma Organização Não Governamental, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), pois o Sindicato participa de reuniões junto ao Pólo e a AS-PTA, que passa informações, recursos para que o Sindicato possa dar assistência aos agricultores.

Algumas fotografias (ver Figura 2) foram feitas em momentos oportunos de coletas de dados (reunião dos associados e visitas as feiras agroecológicas) e estão sendo divulgadas a partir de consentimento dos agricultores rurais. As duas primeiras tratam do momento das reuniões dos cooperados realizadas sempre no primeiro domingo de cada mês, a terceira fotografia é um dos instrumentos utilizados no beneficiamento da mandioca e as duas últimas fotos referem-se ao momento de comercialização dos produtos nas feiras em Lagoa Seca e Campina Grande/PB.



**Figura 2.** Fotografias feitas nas coletas de dados

Fonte: Coleta de dados

Foi possível perceber que, apesar de não terem apoios por parte das diversas instâncias institucionais, a cooperativa ADESC apresenta um capital social entre os membros desta favorável (confiança entre os cooperados, espírito de equipe, cooperação, etc), que faz fortalecer os pequenos agricultores familiares, enquanto grupo social, importante para o Município de Lagoa Seca e região, haja vista que este e outros Municípios são responsáveis pelo abastecimento de produtos agrícolas em todo o Agreste paraibano.

Destaca-se também que a participação dos agricultores familiares no PAA se deu graças à formação da Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário da zona rural de Lagoa Seca, PB.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde algum tempo, a sociedade vem tomando conhecimento de que a união entre indivíduos de objetivos comuns, que compartilhem dos sentimentos de cooperação e confiança, é capaz de fortalecer o grupo e galgar novos horizontes.

Sabendo disso e tomando como base os dados apresentados, percebeu-se que a formação da ADESC foi fundamental para que os pequenos agricultores se fortaleçam para conseguirem resultados positivos para sua associação, fazer valer seus direitos, ter maior autonomia, obterem maiores recursos para o aprimoramento de suas atividades agrícolas, para a inserção em programas, a exemplo do Programa de Aquisição Alimentar, dentre outras iniciativas.

Com a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos no Município, a associação de agricultores, pesquisada neste estudo, obteve mudanças visíveis, a área rural passou a ser mais valorizada e os agricultores passaram a dar mais acuidade ao que plantam e colhem, até a cultura

local foi evidenciada. O produtor ficou estimulado para a transição agroecológica, pois com o PAA conseguiram ver esperança no futuro, uma vez que o referido Programa garante a geração de renda mais justa, sem o intermédio de atravessadores.

A experiência teve grande importância tanto para o produtor, ajudando escoamento e valorização de seus produtos, incentivando o pequeno agricultor a produzir e diversificar suas culturas, quanto para as entidades que recebem esses produtos, beneficiando assim as pessoas em situação de risco alimentar e nutricional.

Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que há um capital social favorável entre os cooperados vinculados a ADESC, um espírito de equipe entre estes. Por outro lado, evidencia-se à ausência de apoio por parte dos órgãos públicos, bem como a falta de políticas públicas para que estes se fortaleçam.

Mesmo sem este apoio, a cooperativa apresenta bons resultados graças a outros apoios recebidos, além dos agricultores estarem bem fortalecidos enquanto grupo social, demonstrando que a formação de cooperativa é umas formas que podem fortalecer os grupos a obterem maior legitimidade e melhores níveis de capital social, e, por conseguinte, melhores resultados em suas atividades agrícolas.

## REFERÊNCIAS

Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista Economia Aplicada*, 4(2), abr./jun., 273-289.

Arretche, M. (2003). Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), fevereiro, 20-109.

Baiardi, A. (2009). Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Foz do Iguaçu. PR, Brasil, 37.

Baquero, M. (2001). Capital social e exclusão. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In Keil, I. M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS, p. 19-49.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa/Portugal: Edições 70/LDA.

Britto, J. (2002). Diversificação, competências e coerência produtiva. In: Kupfer, D., & Hasenclever, L. (Orgs.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil* (3ª reimpressão). Rio de Janeiro: Elsevier, 307-343.

Cavalcanti, M. (2006). *Gestão Social, estratégias e parcerias – redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor*. São Paulo: Saraiva.

Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). *Extensão rural e agroecologia*. Brasília-DF: MDA/SAF/DATER-IICA.

- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed., Trad. Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica: Dirceu da Silva). Porto Alegre: Artmed.
- Diaz, B., Martel, D., & Rojas, J. J. (2007). Modelos de intercooperación para lãs Américas. *Revista UNIRCOOP*. Recuperado em 15 de junho, 2012 de [www.unircoop.org.br](http://www.unircoop.org.br).
- Domiciano, C. S. (2007). O cooperativismo como estratégia de participação social de Agricultores familiares. *Estudos*, Goiânia, 34(9/10), 803-820.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman/Artmed.
- Guanziroli, C. E. (2011). *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: INCRA/FAO, Recuperado em 28 julho, 2012 de [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).
- Grisa, C. (2012). *Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese de doutorado em Ciências Sociais Em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Lamarche, H. (2007). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas:Unicamp.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2012). *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Recuperado em 23 de maio, 2012 de <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2011a). *Programa de Aquisição de Alimentos*. Recuperado em 29 maio, 2012 de <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2011b). *Arquivos PRONAF*. Recuperado em 23 de maio, 2012 de <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/13630300>.
- Moreira, M. A., Adami, M., & Rudorff, B. F. T. (2004). Análise Espectral e Temporal da Cultura do Café em imagens Landsat. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, 39, 223-231.
- Nazzari, R. K. (2003). *Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Nazzari, R. K., Caminati, J. G. O., Antunes, E. R., Silva, D. A. C., Teodoro, P. A. V. B., & Raizel T. (2004). Desenvolvimento Sustentável e Capital Social: Confiança, Cooperação e Participação Política no Paraná. *Anais do Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, Cascavel, PR, Brasil, 3.
- Nazzari, R. K., Miyazaki, J., & Bordin, I. (2008) *Agricultura Familiar e Sustentabilidade: os Estoques de Capital Social no Oeste do Paraná*. Recuperado em 23 de outubro, 2013, de [http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/iiseminario/pdf\\_praticas/praticas\\_24.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/iiseminario/pdf_praticas/praticas_24.pdf).
- Oliveira, A. F. S. (2007). *A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Associados à Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Pimenta, S. M., Saraiva, L. A. S., & Corrêa, M. L. (2006). *Terceiro Setor – dilemas e polêmicas*. São Paulo: Saraiva.

Prefeitura Municipal de Lagoa Seca. (2010). Secretaria de agricultura. Recuperado em 05 de Maio, 2010, de <http://www.lagoaseca.pb.gov.br/noticias/agricultura.html>.

Putnam, R. D. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (3ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Santos, A. D., Gama, A. N. C. F., Faria, A. A., Souza, J. A., Melo, L. R., Ochaves, M. B. F., & Neto, P. S. F. (2005). *Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. São Paulo: IEB.

Santos, J. G. (2010). *A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Vinculados a Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário de Lagoa Seca – PB*. Monografia de Conclusão de Graduação em Administração. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB, Brasil.

Santos, J. G., & Cândido, G. A. (2013). Sustentabilidade e Agricultura Familiar: um estudo de caso em uma Associação de Agricultores Rurais. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*, São Paulo, 7(1), jan./abr., 69-85.

Sevilla Guzmán, E. (1999). *Ética ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y La globalización económica*. Córdoba/España: ISECETSIAM/Universidad de Córdoba.

Sperry, S., Carvalho J. C. H. T., & Mercoiret, J. (2003). *Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais*. Brasília-DF: Embrapa.

Shirmann, G. S., Rosar, D. B., & Pereira, A. A. A. (2007). O programa de aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agroecologia*.2(out.), 56 – 78.

Schneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

Vasconcelos, M. A. M. (2008). *Assessoria técnica e estratégias de agricultores familiares na perspectiva da transição agroecológica: uma análise a partir do Pólo Rio Capim do Programa Proambiente no Nordeste Paraense*. Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará/EMBRAPA (Amazônia Oriental), Belém, PA, Brasil.

## **SUSTAINABILITY AND SOCIAL PARTICIPATION COOPERATIVE FAMILY FARMERS IN THE ARID ZONE OF PARAÍBA**

### **ABSTRACT**

The cooperative is a model of solidarity economy that seeks to maximize the predominance of labor over capital factor, this can consist of associated, independent producers or producers that make common production units (Oliveira, 2007). In agriculture the role of associations has relevance, given the difficulty that the farmer has to perform its activities. In this sense, the objective of this study is to analyze how the formation of cooperative association strengthened family farmers Wasteland of Paraíba. Data were collected through interviews with farmers and supplemented with secondary data analysis and non participant observation. The main results show that the formation of the Association for Community Economic Development, and Social (ACEDS) of farmers in the municipality of Lagoa Seca, PB strengthened these, so that the association presents positive results and was included in the Food Acquisition Program (FAP).

**Key Words:** Cooperatives, Farmers family; Public policy.

## **SOSTENIBILIDAD Y PARTICIPACIÓN SOCIAL EN LA FAMILIA DE AGRICULTORES COOPERATIVA DE AGRESTE PARAÍBA**

### **RESUMEN**

La cooperativa es un modelo de economía solidaria que tiene como objetivo maximizar el predominio del trabajo sobre el factor de la capital, esto puede consistir en, productores o productores independientes asociados que componen las unidades de producción comunes (Oliveira, 2007). En la agricultura el papel de las asociaciones tiene relevancia, dada la dificultad de que el agricultor tiene que llevar a cabo sus actividades. En este sentido, el objetivo de este estudio es analizar cómo la formación de la asociación de cooperación reforzada agricultores familiares Wasteland de Paraíba. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas con los agricultores y se complementaron con análisis de datos secundarios y la observación no participante. Los principales resultados muestran que la formación de la Asociación para el Desarrollo Económico de la Comunidad y Social (ADESC) de los agricultores en el municipio de Lagoa Seca, PB fortaleció estos, por lo que la asociación presenta resultados positivos y se incluyó en el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA).

**Palabras clave:** Cooperativa; Los agricultores familiares; Políticas Públicas.